

## O que há de material no feminismo materialista<sup>1</sup>? Uma crítica Feminista Marxista - Martha E. Gimenez

Traduzido por Luciana Iost Vinhas

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Nos dias inebriantes do Movimento de Libertação das Mulheres, era possível identificar quatro correntes principais no pensamento feminista: Liberal (preocupada em alcançar igualdade política e econômica no contexto do capitalismo); Radical (focada nos homens e no patriarcado como as causas principais da opressão das mulheres); Socialista (crítica ao capitalismo e ao Marxismo, tanto que evitar os supostos reducionismos do Marxismo<sup>2</sup> resultou em teorias de sistemas duais que postulam várias formas de interação entre o capitalismo e o patriarcado); e Feminismo Marxista (uma posição teórica sustentada por relativamente poucas feministas nos EUA – eu inclusa – que procurava desenvolver o potencial da teoria Marxista para compreender as fontes capitalistas da opressão das mulheres).

Estas são, é claro, descrições muito simplificadas de um corpo rico e complexo de literatura; contudo, elas refletiam importantes clivagens teóricas, políticas e sociais entre as mulheres, que continuam até o presente. As divisões no pensamento feminista se multiplicaram na medida em que os efeitos da teorização pós-estruturalista e pós-moderna emergiam, acompanhadas de desafios de base a um feminismo percebido como a expressão das necessidades e das preocupações das mulheres brancas de classe média e classe média-alta do “Primeiro Mundo”. No processo, o tema do feminismo ficou cada vez mais difícil de definir. A crítica pós-moderna da “mulher” como uma categoria essencialista, juntamente com críticas baseadas em preferências sexuais, diferenças raciais, étnicas e de nacionalidades, resultou em uma proliferação aparentemente interminável de “posições de sujeito”, “identidades” e “vozes”. As políticas culturais e iden-

### Luciana Iost Vinhas

Professora adjunta no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1026-2277>

Recebido em:  
29/10/2022

Aceito em:  
09/12/2022

MAI / JUL 2023  
ISSN 2317-9945 (ON-LINE)  
ISSN 0103-6858  
P. 432-450

---

1 Artigo originalmente publicado no periódico *Radical Philosophy: a journal of socialist and feminist philosophy*, n. 101 (May/June 2000), p. 18-28. Disponível em: <<https://www.radicalphilosophy.com/article/whats-material-about-materialist-feminism>>. Acesso em 28 out. 2022.

2 Nota da Tradutora: no texto original, algumas palavras e expressões aparecem com a primeira letra em maiúscula. Na tradução, optamos por manter esses registros de maiúsculas conforme o texto original, tal como na palavra Marxismo.

titárias substituíram o foco inicial no capitalismo e (principalmente entre Feministas Marxistas) nas divisões de classes entre as mulheres. Hoje, a classe foi reduzida a mais um “ismo” – isto é, a mais uma forma de opressão, a qual, juntamente com gênero e raça, integra uma espécie de mantra, algo que todos deveriam incluir na teorização e na pesquisa; no entanto, que eu saiba, a teorização sobre isso permanece no nível das metáforas (por exemplo, entrelaçamento, interação, interconexão).

Fiquei, portanto, muito interessada em ler, há alguns anos, uma chamada de artigos para um volume sobre Feminismo Materialista (MatFem<sup>3</sup>). A descrição do MatFem apresentada pelas editoras, Chrys Ingraham e Rosemary Hennessy, era, para mim, indistinguível do Feminismo Marxista (MarxFem). Parecia um desenvolvimento tão promissor na teoria feminista que eu comecei a convidar as editoras a se juntarem a mim na criação de uma lista eletrônica de discussão sobre Feminismo Materialista, MatFem (<http://csf.colorado.edu/matfem>). Em um primeiro momento, eu pensei que o MatFem era simplesmente outra maneira de fazer referência ao MarxFem, mas eu estava enganada; são formas distintas de teorização feminista. Há, entretanto, tamanhas semelhanças entre elas em alguns trabalhos de feministas que é de se esperar algum grau de confusão entre ambas.

Neste artigo, identificarei as diferenças entre essas duas correntes importantes dentro da teoria feminista e as razões para o retorno de apelos feministas ao materialismo em um momento no qual a mudança teórica em direção ao idealismo e à contingência parece hegemônica na academia. Considerando as visões conflitantes que coexistem sob a máscara materialista, defenderei uma clara ruptura entre os Feminismos Materialista e Marxista, e, também, defenderei um retorno ao último, exigido pelos efeitos devastadores do capitalismo sobre as mulheres e a consequente importância política de uma análise teoricamente adequada das causas de sua situação.

## 1. O que é o Feminismo Materialista?

Definir o MatFem não é uma tarefa fácil. Teóricas que se autoidentificam como Materialistas ou como Feministas Marxistas diferem em sua compreensão daquilo que esses rótulos significam e, conseqüentemente, do tipo de conhecimento que produzem. Dependendo de suas fidelidades teóricas e autocompreensão, as feministas podem divergir na forma como classificam os trabalhos de outras feministas, de modo que linhas claras de demarcação teórica são difíceis de estabelecer entre esses dois termos guarda-chuva e, também, dentro deles. Tomemos, por exemplo, o trabalho de Lise Vogel (VOGEL, 1983; 1995). Sempre considere Vogel uma Feminista Marxista, porque, ao contrário das Feministas Socialistas (que, ao evitarem os supostos reducionismos de Marx, foram conduzidas a postular teorias a-históricas do patriarcado)<sup>4</sup>, ela levou o Marxismo a sério, e sua análise da reprodução

---

3 Nota da Tradutora: optamos por manter as siglas MatFem e MarxFem conforme constam no texto original, oriundas da sintaxe da língua inglesa, ao invés de realizarmos a inversão dos segmentos que as compõem - FemMat e FemMarx, respectivamente.

4 Veja, por exemplo, Firestone (1971) e Einsenstein (1979).

como uma base da opressão das mulheres é firmemente fundamentada na tradição Marxista. Entretanto, o subtítulo do seu livro recente (uma coletânea de ensaios previamente publicados) é “Essays for a Materialist Feminism” [Ensaio para um Feminismo Materialista]. Autoidentificando-se como uma Feminista Socialista, ela declara que as Feministas Socialistas “buscaram substituir a teorização da tradição socialista sobre a questão da mulher por uma compreensão “materialista” da opressão das mulheres” (VOGEL, 1995, p. XI). Isso é, certamente, novidade para mim: a rejeição do Feminismo Socialista ao “reducionismo” de Marx e do Marxismo conduziu ao esforço deliberado para fundamentar o “patriarcado” fora do modo de produção e, conseqüentemente – do ponto de vista da teoria Marxista – fora da história. O Materialismo, segundo Vogel, foi usado para destacar o papel fundamental da produção – incluindo a produção doméstica – na determinação das condições que levam à opressão das mulheres. O Materialismo também foi usado como “uma bandeira”, para situar o Feminismo Socialista no pensamento feminista e na Esquerda; o Feminismo Materialista, conforme Vogel, não pode, portanto, ser reduzido a uma tendência nos estudos culturais, como algumas críticas literárias preferem (VOGEL, 1995, p. xii). Mas, as análises de Engels não eram materialistas (ENGELS, 1972)<sup>5</sup>? E as Feministas Marxistas – Margaret Benston (BENSTON, 1969) e Peggy Morton (MORTON, 1971) vêm à mente – não exploraram as formas como a produção – pública e doméstica – oprimiam e exploravam as mulheres?

Esses comentários breves sobre a compreensão de Vogel do MatFem destacam alguns de seus aspectos problemáticos como um termo destinado a identificar uma tendência específica no interior da teoria feminista. Ele pode obscurecer, como neste caso, as diferenças qualitativas que existem e continuam a existir entre o Feminismo Socialista, a vertente dominante do pensamento feminista nos EUA durante o final dos anos 1960 e os anos 1970, e o Feminismo Marxista marginalizado. Não estou imputando tais motivações a Lise Vogel; estou simplesmente assinalando os efeitos de tal interpretação do Feminismo Socialista dos EUA, o qual, apesar do uso de termos Marxistas e referências ao capitalismo, desenvolveu-se teoricamente como um tipo de negação abstrata feminista do Marxismo.

Outras feministas, por diferentes motivos, também discordariam da interpretação de Vogel. Para Toril Moi e Janice Radway, por exemplo, a relação entre Feminismo Socialista e MatFem está “longe de ser clara” (MOI; RADWAY, 1994). Enquanto editoras de uma edição especial do *The South Atlantic Quarterly* dedicada a esse tópico, elas não oferecem uma teoria ou uma definição clara do termo. Presumivelmente, o conteúdo da edição dará à leitora os elementos necessários para definir o termo por ela mesma, porque todas as autoras “compartilham um compromisso com a análise histórica e cultural concreta e, também, com o feminismo compreendido como uma ‘narrativa emancipatória’” (MOI; RADWAY, 1994, p. 750). Uma dessas autoras, Jennifer Wicke, define o MatFem como segue:

um feminismo que insiste no exame das condições materiais sob as quais os arranjos sociais, incluindo aqueles de hierarquia de gênero, se desenvolvem [...] o

feminismo materialista evita ver isso [hierarquia de gênero] como o efeito de um patriarcado singular [...] e, ao invés disso, mede a teia de relações sociais e psíquicas que compõem um momento material, histórico; [...] o feminismo materialista defende que as condições materiais de todos os tipos desempenham um papel vital na produção social de gênero e avalia as diferentes maneiras pelas quais as mulheres colaboram e participam dessas produções [...] há áreas de interesse material no fato de que mulheres podem ter filhos [...] O Feminismo Materialista [...] é menos provável do que o construcionismo social de se envergonhar pela importância material ocasional das diferenças sexuais (WICKE, 1994, s/p).

A insistência na importância das condições materiais; momentos históricos materiais como um complexo de relações sociais que incluem e influenciam a hierarquia de gênero; a materialidade do corpo e suas funções sexuais, reprodutivas e outras funções biológicas: estes permanecem, no entanto, pronunciamentos abstratos que inequivocadamente levam a um enfoque empirista no imediatamente dado. Não há uma teoria da história, das relações sociais ou da produção de hierarquias de gênero que possa orientar sobre o significado de o que se observa em um “momento histórico material” determinado.

Donna Landry e Gerald Maclean, autores de *Materialist Feminisms* [Feminismos Materialistas] (LANDRY; MACLEAN, 1993), nos dizem que o livro deles é “sobre feminismo e Marxismo”, examinando os debates entre feminismo e Marxismo nos EUA e na Grã-Bretanha, e explorando as implicações daqueles debates para a teoria literária e cultural. O terreno dessas discussões iniciais, que eram direcionadas para uma possível integração ou síntese entre Marxismo e feminismo, mudou devido à emergência de políticas identitárias, preocupação com pós-colonialismo, sexualidade, raça, nacionalismo, e assim por diante, e o impacto do pós-modernismo e do pós-estruturalismo. O novo terreno tem a ver com a “construção de uma análise materialista da cultura informada por e responsiva às preocupações das mulheres, bem como de pessoas de cor e de outros grupos marginalizados” (LANDRY; MACLEAN, 1993, p. IX-X). Para os autores, o MatFem é uma

prática de leitura crítica [...] a investigação crítica, ou leitura no sentido forte, dos artefatos da cultura e da história social, incluindo textos literários e artísticos, documentos de arquivo e trabalhos de teoria [...] [é] um lugar potencial de contestação política através da crítica, não através da constante reiteração de verdades domésticas [...] uma perspectiva feminista materialista desconstrutiva (LANDRY; MACLEAN, 1993, p. X-XI).

Mas o que, precisamente, o materialismo significa neste contexto? Que teoria da história e que política informam essa crítica? Embora eles definam o materialismo em um sentido filosófico e moral e tragam à tona a diferença entre materialismo mecânico ou “vulgar” e materialismo histórico, não há definição de qual materialismo significa quando ligado ao feminismo. O materialismo cultural, como desenvolvido no trabalho de Raymond Williams, é apresentado como um remédio ou suplemento para o materialismo histórico de Marx. Há, de acordo com Williams, uma “conexão indissolúvel entre produção material, instituições políticas e culturais,

e atividade, e consciência... a linguagem<sup>6</sup> é consciência prática, uma maneira de pensar e de agir no mundo que tem consequências materiais”. Eles apontam que Williams “se esforça para colocar, de volta ao debate materialista, os sujeitos humanos como agentes da cultura”.

As implicações dessas afirmações é de que “os humanos como agentes da cultura” não estão presentes no materialismo histórico e de que as visões de Marx sobre a relação entre condições materiais, linguagem e consciência são insuficientes. Mas, qualquer um familiarizado com o trabalho de Marx rejeitaria tal visão. Na verdade, foi Marx (1994, p. 117) quem escreveu que “linguagem é consciência prática”, e postulou a linguagem como a matéria que carrega o “espírito” desde o início, pois a consciência é sempre e desde o início um produto social.

Landry e Maclean (1993, p. 15) apresentam um relato do desenvolvimento do pensamento feminista desde o final dos anos 1960 até o presente, dividido em três momentos: os encontros e debates entre Marxismo e feminismo na Grã-Bretanha e nos EUA; a institucionalização e mercantilização do feminismo; e “o feminismo materialista desconstrutivo”. Esses são “três momentos do feminismo materialista”: uma declaração muito interessante que sugere que o MatFem – um conceito bastante problemático e evasivo que reflete, no meu ponto de vista, sensibilidades pós-modernas sobre cultura e sobre o tema do feminismo – sempre esteve lá, desde o início, esperando para ser descoberto. Este é realmente o caso? Se sim, o que é esse materialismo que espreitava embaixo da variedade de teorias feministas produzidas em ambos os lados do Atlântico desde o final dos anos 1960? A referência às “condições materiais” em geral ou às “condições materiais da opressão das mulheres” é suficiente como base para a construção de um novo arcabouço teórico, qualitativamente diferente do MarxFem? Se sim, como? Os autores defendem que as teorias feministas focadas exclusivamente nas teorias de gênero e de sistemas duais, que reúnem análise de gênero e de classe, encaram problemas metodológicos e políticos que “práticas de leitura desconstrutivas podem ajudar a resolver”; eles propõem “a articulação de movimentos descontínuos, materialismo e feminismo, uma articulação que toma as reivindicações políticas da desconstrução de forma séria [...] a desconstrução como uma ferramenta da crítica política” (LANDRY; MACLEAN, 1993, p. 12-13). Mas não é a ligação entre desconstrução e Marxismo o que lhe confere seu caráter crítico? É na conclusão que os autores, objetivando demonstrar que o materialismo não é um pseudônimo para o Marxismo, esboçam a diferença entre MarxFem e MatFem, como segue:

O feminismo Marxista mantém as contradições de classe e a análise de classe centrais, e tentou várias formas de trabalhar uma análise da opressão de gênero em torno dessa contradição central. Além das contradições de classe e das contradições dentro da ideologia de gênero ... estamos defendendo que o feminismo materialista deveria reconhecer outras contradições também como materiais. Essas contradições também têm histórias, operam em ideologias e estão fundamentadas em bases

---

6 Nota da Tradutora: as ocorrências da palavra *language* foram traduzidas como *linguagem*, embora reconheçamos a possibilidade de, na língua portuguesa, tal significante do inglês também possuir correspondente com *língua*.

materiais e efeitos ... a elas deveria ser concedido peso material na análise social e literária autodenominada materialista ... essas categorias incluiriam ... ideologias de raça, sexualidade, imperialismo e colonialismo e antropocentrismo, com suas relativas críticas radicais (LANDRY; MACLEAN, 1993, p. 229).

Embora ajude na compreensão de o que as feministas contemporâneas autoidentificadas materialistas querem dizer quando elas fazem referência ao MatFem, isso não esclarece o significado de base material, efeito material e peso material. O conceito principal, materialidade, permanece indefinido; em determinados momentos, parece significar real ou objetivo (por exemplo, gênero e raça são tão reais quanto classe), ou central – significando determinante, tendo efeitos causais (por exemplo, ideologias são tão centrais ou possuem tanto “peso material” quanto a classe). Subjacentes a essas ideias, espreitam os espectros do “reducionismo de classe” e do “determinismo econômico”, uma compreensão estereotípica de Marx e da tradição Marxista usada para argumentar a favor da superioridade de reivindicações definidas, essencialmente, como suas negações abstratas. Também na espreita estão as visões de Althusser (1971) sobre a materialidade da ideologia, agora expandidas para analisar todas as formas de opressão e de identidades de oposição, mas com uma diferença crucial. Enquanto, para Althusser, o nível de produção e, conseqüentemente, as contradições entre capital e trabalho e entre as forças e as relações de produção são determinantes “em última instância”, embora “sobredeterminados” e tornados historicamente específicos e ativos pelas características das formações sociais concretas<sup>7</sup>, o Feminismo Materialista parece repousar sobre a alegação infundada de que não há hierarquia de causalidade: todas as outras formas de desigualdade além da classe, e de suas ideologias correspondentes, são igualmente “materiais”, significando não somente que elas não são igualmente reais e importantes, mas também iguais em seus poderes causais. Tal conclusão pode ser politicamente satisfatória, mas repousa sobre uma noção funcional de causalidade segundo a qual todas as instituições ou elementos do sistema social interagem mutuamente e se afetam, e nenhum deles é “mais” causalmente eficaz do que qualquer um dos outros – isto é, nenhum deles pode definir parâmetros para as condições de possibilidade e de desenvolvimento dos outros. E qual é a natureza das outras “contradições” que as feministas materialistas deveriam reconhecer? Contradição não é equivalente a conflito, porque conflitos podem ser resolvidos dentro de um determinado sistema de relações, ao passo que a contradição pode ser resolvida somente através de mudança social qualitativa. Finalmente, referências a ideologias, exploração, imperialismo, opressão, colonialismo, e assim por diante, confirmam precisamente aquilo que os autores pretendiam dissipar: o materialismo pareceria ser um apelido para o Marxismo, um Marxismo convenientemente modificado, entretanto, para conceder materialidade (significando, talvez, objetividade, realidade e igual eficácia

---

7 Veja Althusser (1970), especialmente da página 111 à 116. Marx (1968, p. 791-792) expressou a mesma ideia quando ele declarou que, enquanto as relações de produção “revelam o segredo mais íntimo, a base escondida de toda a estrutura social, [...] isso não impede que a mesma base econômica [...] devido a inúmeras circunstâncias empíricas diferentes [...] apresente variações infinitas e gradações na aparência, as quais podem ser verificadas somente pela análise das circunstâncias empiricamente dadas”.

causal) a tudo.

## 2. MatFem/MarxFem: dá no mesmo?

Rosemary Hennessy traça as origens do Feminismo Materialista no trabalho de feministas britânicas e francesas que preferiram o termo Feminismo Materialista ao invés de Feminismo Marxista, porque, na visão delas, o Marxismo precisava ser transformado para que fosse capaz de explicar a divisão sexual do trabalho (HENNESSY, 1993). Nos anos 1970, segundo Hennessy, o Marxismo não era adequado para a tarefa devido ao seu viés de classe e foco na produção, enquanto o feminismo era também problemático devido ao seu conceito essencialista e idealista de mulher. É por isso que o MatFem emergiu como uma alternativa positiva tanto para o Marxismo quanto para o feminismo (HENNESSY, 1993, p. xii). Os efeitos combinados da crítica pós-moderna do eu empírico e as críticas expressas pelas mulheres que não se viram incluídas no genérico sujeito mulher da teorização acadêmica feminista resultaram, nos anos 1990, em análises Feministas Materialistas que “problematizam ‘mulher’ como uma entidade empírica óbvia e homogênea a fim de explorar como ‘mulher’, enquanto uma categoria discursiva, é historicamente construída e atravessada por mais de um eixo diferencial” (HENNESSY, 1993). Além disso, argumenta Hennessy, apesar da rejeição pós-moderna das totalidades e das análises teóricas dos sistemas sociais, as Feministas Materialistas precisam se agarrar à crítica das totalidades que afetam as vidas das mulheres: o patriarcado e o capitalismo. As vidas das mulheres são afetadas em todos os lugares pelo capitalismo mundial e pelo patriarcado, e seria politicamente autodestrutivo substituir essa crítica por estratégias políticas localizadas e fragmentadas e uma percepção da realidade social como caracterizada por uma lógica de contingência.

As visões de Hennessy sobre as características do MatFem emergem através do seu engajamento crítico com as obras de Laclau e Mouffe, Foucault, Kristeva e outros teóricos do pós-moderno. O MatFem é um “caminho de leitura” que rejeita os paradigmas pluralistas dominantes e lógicas de contingência e procura estabelecer as conexões entre as subjetividades diferenciais discursivamente construídas que substituíram a “mulher” genérica na teorização feminista e as hierarquias de desigualdade que exploram e oprimem as mulheres. As subjetividades, em outras palavras, não podem ser entendidas isoladas das totalidades organizadas sistematicamente. O MatFem, como uma prática de leitura, é também uma maneira de explicar ou de reescrever e dar sentido ao mundo; desse modo, influencia a realidade através dos conhecimentos que produz sobre o sujeito e seu contexto social. O discurso e o conhecimento têm materialidade em seus efeitos; um dos efeitos materiais do discurso é a construção do sujeito, mas esse sujeito é atravessado por diferenças fundamentadas em hierarquias de desigualdade que não são locais nem contingentes, mas históricas e sistêmicas, como o patriarcado e o capitalismo. A diferença, conseqüentemente, não é mera pluralidade, mas desigualdade.

Figura 1: Lookright



Fonte: Google (2022)

O problema da relação material entre linguagem, discurso e o social, ou entre o discursivo (teoria feminista) e o não-discursivo (as vidas das mulheres divididas por relações sociais exploradoras e opressivas) pode ser resolvido através da conceituação do discurso como ideologia. Uma teoria da ideologia pressupõe uma teoria do social. Essa teoria, que informa a leitura crítica de Hennessy das teorias pós-modernas do sujeito, do discurso, da posicionalidade, da linguagem, e assim por diante, é o que ela chama de uma “analítica global”, que, à luz das suas referências ao capitalismo multinacional, à divisão internacional do trabalho, às práticas econômicas, políticas e culturais sobredeterminadas, e daí por diante, parece ser, no mínimo, um tipo de Marxismo pós-moderno. Na realidade, as referências ao materialismo histórico, à teoria da ideologia de Althusser e à noção de leitura sintomal são tão importantes no desenvolvimento de seus argumentos que nos questionamos sobre sua hesitação em nomear o Marxismo ou o materialismo histórico como a teoria do social subjacente à sua crítica da lógica pós-moderna da contingência.

Para resumir, a versão de Hennessy do MatFem é uma mistura do pós-Marxismo e das teorias pós-modernas do sujeito. É uma fonte de “leituras” e de “re-escritas” que resgatam categorias pós-modernas de análise (sujeito, discurso, diferença) do limbo conservador da contingência, do localismo e do pluralismo para historicizá-los ou contextualizá-los ao conectá-los à sua base material sistêmica no capitalismo e no patriarcado. Isso torna-se possível ao entender o discurso como ideologia e ao ligar a ideologia à sua base material na “analítica global”.

Na análise de Hennessy, o materialismo histórico parece uma sombra sempre presente, mas emudecida, latente sob termos como “totalidade”, “sistêmico” e “analítica global”. No entanto, na introdução ao *Materialist Feminism: A reader in class, difference and women's lives* [Feminismo Materialista: um leitor de classe, da diferença e das vidas das mulheres] (HENNESSY; INGRAHAM, 1997), escrito com a co-editora Chrys Ingraham, há um retorno claro e não-ambíguo ao materialismo histórico, um reconhecimento da sua importância insubstituível para a teoria e a política feministas. Esta introdução, “Reclaiming Anticapitalist Feminism” [Recuperando o Feminismo Anticapitalista] (HENNESSY; INGRAHAM, 1997, p. 1-14), é

uma crítica à preocupação feminista dominante com cultura, identidade e diferença considerada isoladamente de qualquer compreensão sistêmica das forças sociais que afetam as vidas das mulheres; e, também, é uma crítica a um feminismo acadêmico que marginalizou e menosprezou os conhecimentos produzidos pelo engajamento das feministas com o Marxismo e suas contribuições para o estudo feminista e para a mobilização política das mulheres. Mais importante, essa introdução é uma celebração do MarxFem, cujas premissas e insights, elas defendem, têm sido consistentemente “mal-interpretadas, distorcidas ou sepultadas sob o peso de um política cultural pós-moderna que floresce” (HENNESSY; INGRAHAM, 1997, p. 5). Elas apontam que, independentemente do nome do produto dos esforços de feministas para lidar com o materialismo histórico (MatFem, Feminismo Socialista ou MarxFem), e embora esses nomes sinalizem para diferenças teóricas e ênfases, eles, juntos, indicam o reconhecimento do materialismo histórico como a fonte do conhecimento emancipatório requerido para o sucesso do projeto feminista.

Na introdução de Hennessy e de Ingraham, o MatFem se torna um termo usado intercambiavelmente com o MarxFem, com o último sendo o termo mais destacado. As autoras desenham uma linha clara entre o materialismo cultural que caracteriza o trabalho das feministas pós-Marxistas (que, tendo rejeitado o materialismo histórico, analisam as práticas culturais, ideológicas e políticas isoladas de sua base material no capitalismo) e o MatFem (significando tanto o MarxFem quanto o Feminismo Socialista), que é firmemente fundamentado no materialismo histórico: “ao contrário das feministas culturais, as feministas materialistas, socialistas e Marxistas não veem a cultura como o todo da vida social, mas, na verdade, como somente uma arena da produção social, e, portanto, como somente uma área da luta feminista” (HENNESSY; INGRAHAM, 1997, p. 7). As autoras diferenciam o MatFem do MarxFem ao indicarem que o MatFem é o resultado final de vários discursos (materialismo histórico, Feminismos Marxista e Radical, e teorias pós-modernas e psicanalíticas do significado e da subjetividade), entre os quais o input pós-moderno, na visão delas, é a fonte de suas características definidoras.

No entanto, nos últimos parágrafos da introdução, há um retorno à discussão do MarxFem – suas críticas às características idealistas do pós-modernismo e as diferenças entre o materialismo pós-moderno e as análises materialistas históricas ou Marxistas das representações da identidade. Os conflitos teóricos, elas apontam, não ocorrem de forma isolada dos conflitos de classe, e estes afetam as divisões entre feministas profissionais e suas fidelidades de classe. As feministas são divididas em suas atitudes em direção ao capitalismo, em seu entendimento das condições materiais da opressão e em até que ponto ligam o sucesso das lutas feministas ao sucesso das lutas anticapitalistas. Ser uma feminista não é necessariamente ser anticapitalista, e ser uma Feminista Materialista não é equivalente a ser socialista ou, até mesmo, ser crítica ao status quo. Na verdade, “o trabalho que reivindica a assinatura ‘feminismo materialista’ compartilha muitas coisas em comum com o feminismo cultural, na medida em que não se propõe a explicar ou mudar as realidades materiais que ligam as opressões das mulheres à classe” (HENNESSY; INGRAHAM, 1997, p. 9). O MarxFem, por

outro lado, faz a conexão entre a opressão das mulheres e o capitalismo, e é por isso que o objetivo do livro delas, conforme as autoras, é

reinsere no MatFem – especialmente naqueles setores superdesenvolvidos, onde esta coletânea será mais amplamente lida – aqueles (intempestivos) conhecimentos feministas Marxistas que a deriva para a política cultural no feminismo pós-moderno suprimiu. Esperamos que, ao fazê-lo, este projeto contribua para a emergência da terceira onda do feminismo e para o seu renascimento como uma força crítica para a mudança social transformadora (HENNESSY; INGRAHAM, 1997, p. 9).

À luz do acima exposto – e dada a ambiguidade inerente ao termo MatFem – não seria mais teoricamente adequado e politicamente frutífero retornar ao Feminismo Marxista? O esforço de lutar para redefinir o MatFem reinserindo os conhecimentos do MarxFem é um esforço que vale a pena? Quão importante é expandir o significado do MatFem para incluir os conteúdos do MarxFem? Talvez o clima político dentro e fora da academia nos EUA seja um clima em que o Marxismo está tão desacreditado que as Feministas Marxistas provavelmente encontrarão mais aceitação profissional e legitimidade reivindicando o MatFem como sua orientação teórica. Eu não atribuo, de forma alguma, essa motivação a Ingraham e Hennessy; a introdução para seu *Materialist Feminism* [Feminismo Materialista] é abertamente Marxista. Na verdade, depois que eu a li e olhei o índice, eu pensei que um título mais adequado seria *Marxist Feminism* [Feminismo Marxista]. E qualquer pessoa familiarizada com o materialismo histórico pode apreciar a base Marxista sofisticada do livro soberbamente argumentado de Hennessy.

### 3. Feminista Materialista: eu sou este nome?

Essa avaliação feminista positiva da relevância teórica e política do Marxismo é, no entanto, rara nos dias de hoje. As feministas são mais propensas a compartilhar a crítica de Landry e Maclean ao suposto economicismo, reducionismo de classe e desrespeito à agência e aos efeitos da cultura e da ideologia do Marxismo. Subjacente a essas e a outras críticas feministas às supostas deficiências do Marxismo, há uma leitura economicista e não dialética da obra de Marx. Que Marx pode não ter endereçado questões que as feministas do século vinte consideram importantes não é uma condição suficiente para invalidar sua metodologia bem como o potencial de sua teoria do capitalismo para nos ajudar a teorizar e a investigar as causas da opressão das mulheres. Esse potencial, todavia, foi amplamente reconhecido nos estágios iniciais do Women's Liberation Movement [Movimento da Liberação das Mulheres]. Em retrospecto, o trabalho produzido por algumas britânicas autodefinidas como Feministas Materialistas que escreveram nos anos 1970 revela que elas estavam, na verdade, usando e desenvolvendo a teoria Marxista de maneiras que desmentiam sua postura crítica em relação ao Marxismo. Kuhn e Wolpe (1978), por exemplo, editoras da coleção *Materialism and Feminism* [Materialismo e Feminismo], adotaram a definição de

## Engels do materialismo:

De acordo com a concepção materialista, o fator determinante na história é, na última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Isso, novamente, possui um duplo caráter: de um lado, a produção dos meios de subsistência, da comida, do vestuário e do abrigo e dos instrumentos necessários para essa produção; de outro lado, a produção dos próprios seres humanos, a propagação da espécie (KUHN; WOLPE, 1978, p. 7).

Uma problemática materialista implicou, então, reconhecimento da importância fundamental, para a análise da história humana e organização social, da produção e da reprodução da vida material – isto é, a transformação da natureza e da natureza humana através do trabalho no contexto das relações mutáveis de produção e de reprodução (KUHN; WOLPE, 1978). Para Kuhn e Wolpe, a diferença entre uma análise Marxista e uma materialista dependia de se a análise ia ou não além do foco Marxista “tradicional” nos modos de produção, suas tendências, contradições, e daí em diante, para incorporar o caráter histórico da divisão sexual do trabalho e o exame das “relações das mulheres com os modos de produção e de reprodução” (KUHN; WOLPE, 1978, p. 7-8). Seguiu-se que o Marxismo não poderia produzir uma análise “correta” da opressão das mulheres a não ser que fosse transformado pela inclusão da análise da divisão sexual do trabalho e de todos os outros aspectos do modo de produção que, direta ou indiretamente, afetam as relações homem-mulher. Os colaboradores de seu volume tentaram, de várias formas, remediar os “fracassos” do Marxismo usando criativamente a teoria Marxista para explorar as relações entre o capitalismo e instituições que especificamente oprimiam as mulheres – por exemplo, o patriarcado, a família, o estado, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho e o lugar das mulheres na força de trabalho.

O MatFem também foi associado ao trabalho de algumas feministas francesas, principalmente Christine Delphy (DELPHY, 1977). O Materialismo (isto é, o método Marxista), defendeu ela, é a única teoria da história que vê a opressão como a realidade mais fundamental. É por isso que as mulheres e todos os grupos oprimidos precisam dele para examinar sua situação: “partir da opressão define a abordagem materialista [...] a opressão é um conceito materialista” (DELPHY, 1980). Para Delphy, a família ou o modo de produção doméstico, independente analiticamente e separado da produção, era o lugar da exploração patriarcal e a base material para a opressão das mulheres. O casamento, defendia ela, é um contrato de trabalho que dá aos homens o direito de explorar as mulheres, apropriando-se do seu trabalho no ambiente doméstico ou controlando seus salários ou outros ganhos de mercado; é, para todos os efeitos práticos, uma relação de escravidão (DELPHY, 1977). Delphy procurou na organização do modo de reprodução a base estrutural para as divisões de gênero. Ao invés de investigar a construção social do gênero ou as formas pelas quais os indivíduos adquirem identidades de gênero, ela procurou identificar as condições materiais que colocam os homens e as mulheres em relações desiguais. Barrett e McIntosh (1982) criticaram Delphy por vários motivos. Elas a acusaram de economicismo (ela rejeitou análises que davam importância causal à ideologia), de uma ênfase excessiva na exploração das mulheres como es-

posas (negligenciando os efeitos da maternidade e a situação de mulheres solteiras) e de aplicar inapropriadamente o conceito de modo de produção para a família. Ao postular a autonomia do modo de produção familiar ou doméstico do modo de produção propriamente dito, elas argumentam que Delphy o isolou da dinâmica da mudança social (BARRETT; MCINTOSH, 1982). Uma análise materialista aceitável, em sua opinião, deveria conectar os níveis econômico e ideológico de análise, examinando como as condições materiais (isto é, econômicas) estruturam a consciência (BARRETT; MCINTOSH, 1982).

Embora as primeiras feministas autodefinidas materialistas possam ter entendido o trabalho de Barret e McIntosh como “transformador” da teoria Marxista, elas efetivamente mostraram sua fundamental importância para a teorização da opressão das mulheres. Uma transformação teórica teria implicado um desafio aos pressupostos fundamentais do Marxismo, ao invés de usar esses mesmos pressupostos para teorizar novos fenômenos. Demonstrar, como elas fizeram, uma compreensão dialética do Marxismo, introduzindo, na análise da opressão das mulheres, a eficácia causal do estado, da ideologia, da família, e de outros aspectos da sociedade capitalista, é permanecer fiel aos seus princípios básicos, ao invés de transformá-los.

Eu também escrevi sobre Marxismo e feminismo nos anos 1970; minha abordagem era diferente, pois eu via as lacunas na obra de Marx simplesmente como resultados das suas prioridades políticas e teóricas imediatas. Como o método de Marx mostra os problemas inerentes às teorias abstratas das origens e revela a natureza dialética das nossas categorias de análises (BARRET; MCINTOSH, 1982), concluí desde cedo que a noção de patriarcado era útil descritivamente, mas teoreticamente infundada, porque foi intencionalmente desenvolvida para procurar a origem da opressão das mulheres fora da história (isto é, independente do modo de produção). Eu também criticava o uso de “mulheres” e “homens” como categorias de análise (eles ignoravam classe, raça e divisões étnicas, e diferenças de status socioeconômico) e a natureza utópica da “irmandade”, dadas as reais contradições nos interesses materiais dos capitalistas e das mulheres da classe trabalhadora. Eu venho da Argentina, uma sociedade onde, diferente dos Estados Unidos, mulheres profissionais não eram excepcionais, as divisões de classe e a autoidentificação prevaleciam e o uso de empregadas domésticas era difundido (uma razão importante para a falta de conflito entre trabalho e família para mulheres de classe média profissionais e empregadas). Eu não era, conseqüentemente, convencida pelas teorias que supergeneralizavam sobre a dominação masculina e a opressão das mulheres e que não eram sensíveis às realidades da vida sob o capitalismo, onde a maioria dos homens não são poderosos e não têm controle sobre suas vidas nem todas as mulheres são desprovidas de poder. Teorias mais sutis, que diferenciassem entre tipos de opressão e níveis correspondentes de análise, eram necessárias. É por isso que, em meu trabalho, eu procurei identificar as condições capitalistas historicamente específicas subjacentes às desigualdades econômicas e sociais observáveis entre homens e mulheres.

Contudo, eu nunca me autoidentifiquei como uma Feminista Materialista; o rótulo, sob o meu ponto de vista, deturpou a natureza dialética do Marxismo e obscureceu a verdadeira natureza Marxista das obras as-

sim rotuladas. Embora houvesse algumas sobreposições entre as minhas visões e aquelas das Feministas Socialistas e Materialistas da década de 1970, tanto em termos de tópicos de análise quanto em aspectos da teoria de Marx do capitalismo considerados pertinentes ao exame da opressão das mulheres, o meu trabalho difere na rejeição do patriarcado como um conceito explanatório e no uso do método de Marx para identificar os processos capitalistas que colocam os homens sem propriedade e as mulheres em posições de classe semelhantes enquanto enfrentam diferentes estruturas de oportunidades e, desse modo, acesso desigual às condições necessárias de reprodução<sup>8</sup>. Mas, mais importante do que as diferenças e as similaridades entre o meu trabalho e o de outras Feministas Socialistas dos anos 1970, nos EUA e na Grã-Bretanha, é a questão do atual ressurgimento do MatFem como uma tendência da moda dentro da teoria feminista. Por que o MatFem reapareceu? Por que é uma mercadoria “do momento”, como refletido na abundância de publicações recentes com “materialismo” no título? O MatFem é um desenvolvimento positivo na teoria feminista? As feministas Marxistas deveriam lutar para recuperar a legitimidade política e acadêmica, esforçando-se, assim, para diferenciar o MarxFem do MatFem?

#### 4. Por que o Feminismo Materialista agora? Isso importa?

Embora seja difícil separar o MatFem do MarxFem em trabalhos feministas iniciais, especialmente naqueles escritos pelas feministas europeias, hoje, o MatFem e o MarxFem são perspectivas teóricas qualitativamente diferentes, com implicações políticas radicalmente diferentes. Que eles tenham se tornado um pouco confusos reflete o equilíbrio ideológico do poder no contexto político presente, na academia e no mercado editorial, onde “diferença”, “raça, gênero e classe”, “pós-ismos”, e, claro, “materialismo” têm legitimidade e vendem, enquanto o materialismo histórico não vende.

As primeiras Feministas Materialistas tomaram o Marxismo como seu ponto de partida. Apesar das críticas às deficiências do Marxismo, as Feministas Materialistas e Marxistas concordaram na importância de situar a opressão das mulheres no contexto do modo de produção capitalista como um todo, examinando como a organização capitalista da produção, a articulação entre produção e reprodução, as ideologias, o estado, o sistema legal, e daí em diante, afetavam e reproduziam as relações desiguais entre homens e mulheres dentro e fora da esfera doméstica. Apesar das divergências, elas compartilhavam a concepção de Engels do materialismo histórico (ENGELS, 1972), que dá um papel central na história humana à organização da produção e da reprodução e sua articulação mutável, na medida em que as forças e as relações de produção mudam e os modos de produção mudam de acordo.

Hoje, o MatFem é completamente diferente, porque está fundamentado na rejeição pós-estruturalista do Marxismo. A desconstrução das “mulheres” como uma categoria de análise, o foco em gêneros, sexualidades, corpos e múltiplas diferenças entre mulheres “discursivamente construí-

---

8 Veja, por exemplo, Gimenez (1975; 1978).

dos”, separaram as ligações entre a teoria feminista e as reais condições que moldam a vida da maioria das mulheres. Hoje, “a teoria feminista passou a significar pós-estruturalismo feminista” (EPSTEIN, 1995), e isso implica a adoção de princípios (por exemplo, anti-essencialismo, contingência, construcionismo social, redução da realidade social ao discurso, rejeição das “metanarrativas”, e assim por diante) antitéticos ao desenvolvimento de análises sociais e estratégias políticas úteis para as mulheres e para todas as pessoas oprimidas (EPSTEIN, 1995, p. 83). A própria ideia de opressão das mulheres pressupõe a realidade material de sua situação e a validade de suas reivindicações, noções fora do alcance das teorias para as quais tudo é relativo, contingente e construído discursivamente. É essa inabilidade de lidar com as condições materiais (ou seja, objetivas, independentes da consciência do sujeito) que afetam as vidas das mulheres reais que, segundo Ebert, produziu uma crise no pensamento feminista pós-moderno, porque a objetividade e o impacto contundente dos processos históricos “não podem ser embotados no discurso”; é por isso que “o materialismo histórico assombra o feminismo” (EBERT, 1995).

À luz da piora objetiva das condições dos trabalhadores, especialmente das mulheres, tornou-se cada vez mais insustentável apegar-se à noção de que tudo é social ou discursivamente construído, ou é uma história localizada e contingente. A opressão das mulheres não é uma história, ou um texto, ou uma forma de interpretar ou de ler o mundo, de modo que a política é reduzida à reescrita ou à re-descrição do mundo, uma conclusão que decorre da insistência na materialidade do discurso. Porque as Feministas Materialistas pós-modernas rejeitaram todas as “metanarrativas”, os discursos têm uma relação contraditória com as estruturas, processos e contradições capitalistas que são sua condição de possibilidade. Eles são somente “contingencialmente” relacionados (evitando, assim, os espectros do “reducionismo” e do “economicismo”) ao modo de produção, mas, como são considerados materiais em seus efeitos, eles são *de facto* assumidos como determinantes por direito próprio, resultando assim em um reducionismo discursivo não reconhecido.

Hennessy e Ingraham defendem a necessidade de manter uma conexão entre discurso, conceituado como ideologia, e as relevantes “analíticas globais” que oprimem as mulheres: o patriarcado e o capitalismo. Seus esforços, no entanto, não são suficientes para resgatar o MatFem contemporâneo da sua postura claramente anti-Marxista e apenas contribuem para aumentar a ambiguidade do conceito. Além disso, o MatFem se afastou ainda mais da possibilidade de fazer a ponte entre discursos, ideologias e o modo de produção. A última reencarnação do materialismo pós-estruturalista não é a questão da linguagem, ou do texto, ou do discurso, mas, sim, da “‘matéria’ resistente do não-discursivo”, tendo o corpo como matéria em consideração (HENNESSY; INGRAHAM, 1997). A matéria, seja do corpo ou de qualquer outra coisa, tem que ser historicamente específica, a fim de tornar-se teórica e politicamente significativa, porque “a matéria como tal é uma criação pura do pensamento e uma abstração” (ENGELS, 1940, p. 322-323). Isso, por sua vez, pressupõe a consideração das características do modo de produção que determinam os tipos de processos de trabalho e outras formas de prática que, dialeticamente, transformam a natureza e

a natureza humana, formas de existência e formas de consciência, corpos e discursos sobre corpos, e daí em diante. Essa abordagem para a teorização da matéria e do materialismo está, contudo, em contradição com as suposições do MatFem pós-Marxista, que, conseqüentemente, encara um dilema insolúvel: “como não negar o mundo fora a consciência do sujeito, mas também não fazer desse mundo a causa material das práticas sociais” (EBERT, 1995, p. 117). Se a materialidade implica em causalidade, a negação da eficácia causal do modo de produção (por exemplo, através de mudanças nas forças de produção, exploração de classe, luta de classes, e por aí vai), ao postular a materialidade da linguagem e do discurso, termina em um determinismo do discurso que solapa o próprio papel que a materialidade do discurso deveria desempenhar, porque “se até mesmo o significado é material, então não há nada que não seja, e o termo simplesmente se cancela completamente” (EAGLETON, 1996, p. 72).

Figura 2: Look Left



Fonte: Google (2022)

Talvez esses becos-sem-saída teóricos e políticos do MatFem pós-Marxista sejam a base para seu apelo acadêmico e comercial. Há uma “afinidade eletiva” (WEBER, 1958) entre seus pressupostos teóricos dominantes (que, essencialmente, privilegiam a agência, abraçam a contingência e exoneram o capitalismo; minimizando o papel central da exploração de classe enquanto enfatizam a pluralidade, a diversidade e a política de identidade), as ideologias dominantes nos países capitalistas avançados, e os estilos de vida e visões de mundo dos profissionais e estudantes das classes média e média alta que avidamente abraçaram o pós-modernismo e o pós-estruturalismo, incluindo o MatFem, em suas várias manifestações.

MatFem, um termo que pode ter sido útil no passado para feministas que, apesar de sua posição crítica, permaneceu firmemente dentro da tradição Marxista, denota algo totalmente diferente hoje. Quão útil é expandir o significado do MatFem para abranger o MarxFem se, ao mesmo tempo, o termo é reivindicado por materialistas culturais e por pós-Marxistas feministas cujas visões são profundamente anti-Marxistas? Que duas antologias de escritos Feministas Marxistas tenham sido publicadas sob a égide do Feminismo Materialista atesta o maior valor de mercado do “materialismo” e o poder dos editores para decidir o que vende, ao invés da existência de uma convergência teórica entre o MarxFem e o MatFem. Como as novas gerações aprenderão sobre a importância teórica e política do materialismo histórico para as mulheres se a análise do materialismo histórico é domesticada e “gentrificada” sob o rótulo do MatFem? Marx e o Marxismo já

foram marginalizados na academia; a inclusão do MarxFem sob o guarda-chuva do MatFem só intensificaria mal-entendidos já disseminados entre gerações mais jovens de feministas porque, chamando a atenção ao “material” no materialismo histórico, daria mais força a estereótipos dominantes sobre o “materialismo vulgar” presumivelmente inerente ao Marxismo. É hora de, portanto, as Feministas Marxistas se separarem do Feminismo Materialista e afirmarem a legitimidade e a urgência política de sua abordagem.

Essencialmente, isso implicaria um retorno a Marx, cujo método e análise do capitalismo, apesar de suas ambiguidades, omissões, complexidades e limitações do século XIX, tem muito mais a oferecer às feministas e a todas as pessoas oprimidas do que as teorias contemporâneas, que, tendo cortado a relação interna entre existência e consciência, ou entre discurso e suas condições materiais de possibilidade, postulam a materialidade do discursivo e do que quer que exista “fora” do discurso (a Natureza? o Corpo?), rejeitando como “economismo” a materialidade – a realidade, independente da consciência das pessoas, e da eficácia causal – do trabalho e do modo de produção. Como Ebert aponta infalivelmente, a crítica de Marx do “materialismo Feuerbachiano” descreve apropriadamente o materialismo do MatFem atual: “Na medida em que Feuerbach é um materialista, ele não lida com a história, e na medida em que considera a história, ele não é um materialista” (MARX; ENGELS, apud EBERT, 1995, p. 125).

Há outro motivo pelo qual o MarxFem deveria “des-ligar” do MatFem: Feministas Marxistas são, teoreticamente falando, mais claras sobre o que o MarxFem representa, política e teoricamente. O MatFem, por outro lado, permanece uma coisa nebulosa, um lugar para feministas que estão claras a respeito de sua rejeição a Marx e às alegadas falhas do Marxismo, mas parecem estar menos certas sobre o que elas defendem. Feministas eruditas, é claro, sabem o que é o MatFem sobre o qual elas teorizam, mas o trabalho delas parece ter dificuldades ao engajar os consumidores de seus estudos. Eu estou fundamentando essas afirmações no desenvolvimento muito diferente de duas redes de discussão eletrônicas, MATFEM e M-Fem<sup>9</sup>. MATFEM (Feminismo Materialista), a qual eu criei em Dezembro de 1994 com Chrys Ingraham e Rosemary Hennessy, teve, durante anos, uma quantidade estável de mais de 350 membros (tem, atualmente, 363). No início, houve mensagens incomuns de autoapresentação, mas, quando estas cessaram, para o nosso desapontamento, nenhuma discussão embasada tomou seu lugar. Uma vez, tentamos realizar uma discussão de um artigo de Rosemary Hennessy, mas este projeto falhou. A lista tem ficado predominantemente silenciosa; de vez em quando, alguém posta o anúncio de um livro ou uma chamada de artigos. Ao MATFEM falta um senso de comunidade de propósito intelectual e político; não há senso de urgência no exame, do ponto de vista do Feminismo Materialista, dos vários processos que continuam a oprimir as mulheres. M-Fem (Feminismo Marxista) é uma rede que eu não criei, mas eu ajudo a moderar. Foi criada em maio de 1997; sua pequena quantidade de membros (72) reflete a escassez de Feministas au-

todefinidas Marxistas hoje. Embora o volume de mensagens varie e a rede enfrente períodos de silêncio relativamente longos, ela produziu discussões muito vívidas e úteis, tanto teórica quanto politicamente, e, em conjunto, uma quantidade de mensagens muito maior do que a MATFEM. Uma parte considerável do presente artigo foi, na verdade, escrita como uma resposta para uma membra do M-Fem que perguntou sobre a diferença entre MatFem e MarxFem. Eu o postei nas duas listas, mas não obtive reações do MATFEM (exceto uma resposta positiva e entusiasmada de Rosemary Hennessy), ao passo que provoquei uma série de comentários no M-Fem. A diferença quantitativa e qualitativa entre esses arquivos de redes é notável: os arquivos da M-Fem documentam o poder do Marxismo para examinar as condições que afetam as vidas das mulheres hoje<sup>10</sup>, enquanto a mesquinhez dos arquivos do MATFEM pode ser interpretada como resultante da relativa irrelevância teórica e esterilidade política do feminismo pós-moderno. MATFEM, em quase cinco anos, tem sido incapaz de gerar uma única discussão teórica ou política embasada, apesar da maior quantidade de membros.

Realisticamente, pode ser tanto profissional quanto politicamente arriscado para feministas acadêmicas dos EUA defenderem abertamente o Feminismo Marxista. Feministas Marxistas autoidentificadas provavelmente enfrentarão um momento difícil, política e profissionalmente. Elas poderiam ser percebidas como Marxistas “ortodoxas” ou “fundamentalistas” e teriam dificuldades em encontrar emprego, especialmente neste momento, em que empregos com estabilidade estão ficando cada vez mais raros nas universidades dos EUA. No curto prazo, portanto, o domínio acadêmico do MatFem pode permanecer incontestável. No longo prazo – e dependendo das mudanças na economia capitalista mundial que levam a convulsões políticas transnacionais e a uma maior conscientização entre as acadêmicas feministas sobre até que ponto o destino da maioria das mulheres trabalhadoras está ligado às contradições do capitalismo mundial –, a atualidade e a relevância do Marxismo podem, mais uma vez, tornar-se evidentes. Enquanto isso, como a relação desconfortável e confusa entre o MarxFem e o MatFem ilustra tão bem, a luta de classes no nível da ideologia continua.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. Contradiction and Overdetermination. In: ALTHUSSER, Louis. **For Marx**. New York: Vintage Books, 1970.

ALTHUSSER, Louis. Ideology and Ideological State Apparatuses. In: ALTHUSSER, Louis. **Lenin and Philosophy and Other Essays**. New York: Monthly Review Press, 1971.

---

10 Feministas Marxistas dos EUA têm a tendência de ser teoricamente menos rigorosas do que as suas correspondentes da Europa, e exibem uma abordagem eclética e pragmática de Marx e do Marxismo que pode levar os europeus a descartar seus esforços, considerando-os, na melhor das hipóteses, como liberais, mas não como Marxistas. Embora eu concorde, em princípio, com tal avaliação em relação a algumas postagens no M-Fem, nem todas podem ser assim descritas.

BARRET, Michèle; MCINTOSH, Mary. **The Anti-social Family**. London: Verso, 1982.

BENSTON, Margaret. The Political Economy of Women's Liberation. *Monthly Review*, v. 21, September 1969.

DELPHY, Christine. **The Main Enemy**: A Materialist Analysis of Women's Oppression. London: Women's Research and Resources Centre Publications, 1977.

DELPHY, Christine. A Materialist Feminism is Possible. *Feminist Review*, n. 4, 1980, p. 87.

EAGLETON, Terry. **The Illusions of Postmodernism**. Oxford: Blackwell, 1996, p. 72.

EBERT, Teresa. (Untimely) Critiques for a Red Feminism. In: ZAVARZADEH, Mas'ud; EBERT, Teresa L.; MORTON, Donald. (Org.). **Post-ality**: Marxism and Postmodernism. Washington: Maisonneuve Press, 1995.

EINSENSTEIN, Zillah. Developing a Theory of Capitalist Patriarchy and Socialist Feminism. In: EINSENSTEIN, Zillah (org.). **Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism**. New York: Monthly Review Press, 1979.

ENGELS, Frederick. **Dialectics of Nature**. New York: International Publishers, 1940.

ENGELS, Frederick. **The Origin of the Family, Private Property and the State**. New York: International Publishers, 1972.

EPSTEIN, Barbara. Why Poststructuralism is a Dead End for Progressive Thought. **Socialist Review**, v. 5, n. 2, 1995, p. 83–119.

GIMENEZ, Martha E. Marxism and Feminism. **Frontiers: A Journal of Women Studies**, v. 1, n. 1, 1975, p. 61–80.

GIMENEZ, Martha E. Structuralist Marxism and the "Woman Question". **Science and Society**, v. XLII, n. 3, 1978, p. 301–23.

HENNESSY, Rosemary. **Materialist Feminism and the Politics of Discourse**. New York and London: Routledge, 1993, p. xi–xii.

HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chrys. **Materialist Feminism: A Reader in Class, Difference, and Women's Lives**. New York and London: Routledge, 1997.

KUHN, Annette; WOLPE, Annemarie. (Org.). **Feminism and Materialism: Women and Modes of Production**. London: Routledge, 1978.

LANDRY, Donna; MACLEAN, Gerald. **Materialist Feminisms**. Cambridge MA and Oxford: Blackwell, 1993.

MARX, Karl. **Capital**, Volume III. New York: International Publishers, 1968.

MARX, Karl. The German Ideology. *In*: SIMON, Lawrence H. (Org.). **Karl Marx**: Selected Writings. Indianapolis and Cambridge: Hackett, 1994.

MOI, Toril; RADWAY, Janice. Editors' Note. Materialist Feminism. Edição especial de **South Atlantic Quarterly**, v. 93, n. 4, 1994.

Peggy Morton, 'A Woman's Work is Never Done', in Edith Altbach, ed., **From Feminism to Liberation**, Schenkman, Cambridge MA, 1971.

SAYERS, Janet; EVANS, Mary; REDCLIFT, Nanneke. (Org.). **Engels Revisited**: New Feminist Essays. London: Tavistock, 1987.

FIRESTONE, Shulamith. **The Dialectic of Sex**. New York: Bantam Books, 1971.

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women**: toward a unitary theory. New Brunswick: Rutgers University Press, 1983.

VOGEL, Lise. **Woman's questions**: essays for a Materialist Feminism. New York: Routledge, 1995.

WEBER, Max. The Social Psychology of the World Religions. *In*: GERTH, Hans; MILLS, C. Wright. (org.). **From Max Weber**: Essays in Sociology. New York: Oxford University Press, 1958.

WICKE, Jennifer. Celebrity Material: Materialist Feminism and the Culture of Celebrity. **South Atlantic Quarterly**, v. 93, n. 4, 1994.